**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2023**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023**

O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.116/0001-44, Inscr. Est. ISENTA, estabelecido à Avenida 29 de Setembro, nº 450, Bairro Centro, Cunhataí – SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal em exercício, Exmo. Senhor Dirceu Hoss, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS** para obras e serviços de engenharia, do tipo **MENOR PREÇO**, para contratação, pelo regime de empreitada **POR PREÇO GLOBAL,** de empresa especializada para a execução de passeio público acessível, conforme projeto, planilha orçamentária, planilha resumo, cronograma físico-financeiro, planilha de composições, memorial descritivo, especificações técnicas e termo de referência, os quais pautam o presente procedimento licitatório, em ruas do Município de Cunhataí – SC, mais especificamente na Rua João Sehnem, Avenida 04 de Julho, Rua dos Pioneiros e Rua São Carlos, com fornecimento de materiais, observando-se, ademais, a Lei Federal n. 8.666/1993, a Lei Complementar n° 123/2006, a Medida Provisória nº 1.167/2023 e a Lei Municipal n. 1.024/2022.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente tomada de preços consiste na contratação de empresa especializada para a execução de passeio público acessível, no montante de 1.119,23 m² (mil, cento e dezenove metros quadrados e vinte e três centésimas de metro quadrado), conforme projeto, planilha orçamentária, planilha resumo, cronograma físico-financeiro, planilha de composições, memorial descritivo, especificações técnicas e termo de referência, em ruas do município de cunhataí – sc, mais especificamente na rua joão sehnem, avenida 04 de julho, rua dos pioneiros e rua são carlos, com fornecimento de materiais.

1.2 Integram o presente edital, independentemente de sua transcrição, os seguintes anexos: **a)** termo de referência (anexo I); **b)** minuta de contrato administrativo (anexo II); **c)** modelo de carta de apresentação de documentos para habilitação (anexo III); **d)** termo de renúncia relativo ao julgamento da fase de habilitação (anexo IV); **e)** modelo de termo de credenciamento (anexo V); **f)** declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF (anexo VI); **g)** modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos à habilitação (anexo VII); **f)** declaração de visita (anexo VIII); **g)** memoriais descritivos da obra (anexo IX); **h)** projeto estrutural (anexo IX); **i)** planilhas orçamentárias (anexo IX); **j)** cronograma físico-financeiro (anexo IX); **k)** planta de localização (anexo IX).

1.3Os orçamentos constantes dos anexos ao presente edital são estimativos e servirão de base para as medições durante a execução da obra.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1 O licitante deverá se apresentar para credenciamento junto à Comissão de Licitações, no dia da abertura dos envelopes, até 15 (quinze) minutos antes da abertura dos mesmos, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, com poderes para atos do certame, no interesse do representado.

2.2 A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.

2.3 O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) Se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício. Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) Se representante legal, deverá apresentar:

b.1) Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração e, também, o nome do outorgado, constando, ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) Termo de credenciamento (anexo V) outorgado pelo(s) representante(s) legai(s) do(s) licitante(s), comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

2.3.1 Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura, contrato social devidamente autenticado do outorgante como dirigente da empresa. Se se tratar de empresa individual, deve ser apresentado o registro comercial, devidamente registrado.

2.3.2 É obrigatória a apresentação de documento de identidade.

2.4 Para exercer os direitos de manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

Obs.: todos os documentos exigidos para credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por funcionário público desta administração pertencente à Comissão de Licitações e/ou Cadastro de Fornecedores. A autenticação por funcionário público desta administração somente será realizada até 15 (quinze) minutos antes do término do horário de credenciamento.

2.5 O credenciamento no momento da licitação implica a responsabilidade legal do licitante, ou do seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à tomada de preços.

2.6 A não apresentação dos documentos para o credenciamento não inabilitará o licitante, mas o impedirá de interpor recursos, lavrando-se em ata o impedimento.

2.7 Cada representante poderá representar um único licitante.

3. ENTREGA DOS ENVELOPES E SUA ABERTURA

3.1 Os envelopes contendo os documentos para habilitação e proposta deverão ser entregues até as **08:45h do dia 17 de maio de 2023**, junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cunhataí, sendo que a abertura dos envelopes contendo os documentos necessários à habilitação e dos envelopes contendo as propostas será realizada em sessão pública a partir das **09:00h do dia 17 de maio de 2023**, junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cunhataí - SC.

3.2 Se os licitantes optarem por realizar a entrega dos envelopes no próprio dia da sua abertura, deverão comparecer com a devida antecedência em relação ao prazo peremptório disposto no item anterior, inadmitindo-se justificativas de atraso na entrega dos envelopes de qualquer natureza.

3.3 Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correios ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste edital, não incidindo responsabilidade de qualquer natureza ao Município de Cunhataí – SC quanto aos atrasos que possam advir de tal envio.

3.4 A apresentação dos envelopes com identificação incompleta ou com algum erro de transcrição, ou mesmo inversão dos envelopes (proposta no envelope de documentação ou vice-versa), não consistirá em motivo para exclusão da empresa do procedimento licitatório, desde que não tenha sido violado o respectivo invólucro ou que a incorreção apontada não cause mácula insanável ao procedimento e que seja plenamente identificada a pretensão.

4. SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1 Os serviços deverão ser executados de acordo com os projetos e memoriais apresentados, com aplicação de material de primeira qualidade, sujeitando-se a proponente vencedora a fiscalização por parte do Município de Cunhataí através de seus prepostos, cuja fiscalização não reduz, tampouco exclui, a responsabilidade da licitante vencedora quanto às irregularidades eventualmente praticadas.

4.2 A fiscalização da execução dos serviços será feita por esta municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos das faturas, substituição de materiais, alteração de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 O período de execução da obra é de 90 (noventa) dias corridos, a contar do 5º (quinto) dia consecutivo ao do recebimento da ordem de serviço pela contratada.

6. DÚVIDAS

6.1 As dúvidas de caráter técnico ou legal acerca da interpretação dos termos do presente edital deverão ser formalizadas por escrito e endereçadas à Comissão Municipal de Licitações, junto à Prefeitura Municipal de Cunhataí, até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação. A suscitação de dúvidas não se confunde com a medida prevista no § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93.

7. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

7.1 São condições gerais para participação no presente certame licitatório:

**a)** Poderão participar todas as pessoas jurídicas que atendam às exigências do presente edital e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

**b)** A empresa licitante **deverá** estar cadastrada no Cadastro de Fornecedores/Prestadores de Serviço (CRC) do Município de Cunhataí – SC ou atender todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas, ou seja, **até dia 12 de maio de 2023**, conforme explicitado no item 7.1.1 do presente edital;

**c)** A empresa licitante deverá possuir **capital social mínimo de 10% (dez porcento) do valor estimado da obra**, até a data de entrega dos envelopes, devendo a comprovação ser feita relativamente à data de apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data através de índice oficiais.

7.1.1 **O cadastro prévio do proponente é exigência indispensável à participação desta na licitação. Para tanto, as empresas que desejarem participar deste processo devem obrigatoriamente providenciar o Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto ao município de Cunhataí/SC – ou a sua regularização, caso se encontre vencido – até o dia 12 de maio de 2023**.

7.2 Não será permitida a participação de:

**a)** Empresas em consórcio;

**b)** Empresa que tenha sido declarada inidônea ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública;

**c)** Empresa que esteja sob falência, concurso de credores, concordata, insolvência ou em processo de dissolução ou liquidação;

**d)** Autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

**e)** Servidor ou dirigente desta prefeitura ou responsável pela licitação;

**f)** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei n. 8.666/93.

8. HABILITAÇÃO

8.1As pessoas jurídicas que desejarem participar da presente licitação deverão apresentar o envelope nº 01, contendo a documentação para habilitação, e o envelope nº 02, contendo a proposta de preços, observando os prazos estabelecidos no presente edital.

8.2 O envelope nº 01 deverá ser apresentado identificado, fechado e lacrado, sugerindo-se a seguinte identificação:

**ENVELOPE N° 01 “DOCUMENTAÇÃO”**

**NOME/RAZÃO SOCIAL:**

**À: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2023**

**MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 05/2023**

 **ABERTURA: DIA 17/05/2023 às 09h00min.**

8.3 Para a habilitação, as licitantes deverão anexar os seguintes documentos, os quais deverão ser apresentados em original ou cópia devidamente autenticada em cartório ou por servidor desta municipalidade até 15 (quinze) minutos antes do término do prazo estabelecido para o recebimento dos envelopes:

|  |
| --- |
| a) Carta de apresentação da documentação para habilitação (modelo no anexo III); |
| b) Certificado de Registro Cadastral (CRC) vigente junto ao Município de Cunhataí; |
| c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida a menos de 60 (sessenta) dias, conforme disposto no item 8.4.1 do presente edital; |
| d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, inclusive alterações, se houver, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus administradores; |
| e) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de associações civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; |
| f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim exigir; |
| g) Prova de inscrição no Cadastro Estadual de Contribuintes, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; |
| h) Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e, em trabalho de qualquer natureza, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (anexo VI); |
| i) Balanço Patrimonial e demonstração contábil do último exercício social já exigível e apresentado na forma legal, a fim de comprovar a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados pelo representante legal da empresa e por profissional de contabilidade legalmente habilitado; |
| j) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida no respectivo estado federado da sede da proponente. Especificamente às empresas com sede no Estado de Santa Catarina devem ser apresentadas as certidões negativas de falência ou recuperação judicial de ambos os sistemas informacionais (EPROC e SAJ), ou, alternativamente, certidão negativa de recuperação judicial, extrajudicial e falência, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023 do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; |
| k) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal através da apresentação de certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, do domicilio ou sede da licitante; |
| l) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual através da apresentação de certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa; |
| m) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal compreendendo os tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, conjunta com o INSS; |
| n) Prova de regularidade perante o FGTS, através de certidão de regularidade; |
| o) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão negativa (CNDT); |
| p) Comprovação de possuir capital social mínimo igual ou superior a 10% (dez porcento) do valor estimado da obra na data da entrega da documentação, mediante contrato social ou alterações devidamente registradas; |
| q) Declaração de que teve acesso a todos os projetos necessários, memoriais, orçamento quantitativo e financeiro e cronograma físico-financeiro; |
| s) Declaração comprometendo-se a não subcontratar e nem subempreitar a obra objeto da presente licitação; |
| t) Relação/relatório de funcionários empregados pela empresa, responsáveis pela realização dos serviços na obra; |
| u) Declaração indicando o representante legal da empresa proponente para efeitos de praticar atos junto ao município e no processo de licitação; |
| v) Cópia autenticada da cédula de identidade, ou outro documento oficial com foto, do representante legal da empresa proponente; |
| x) Declaração de que, se declarada vencedora, manterá na obra responsável técnico que deverá ser mencionado nominalmente; |
| w) Prova de registro da empresa e de seus responsáveis técnicos no CREA ou CAU da jurisdição da sede da proponente, com visto ou registro no Estado de Santa Catarina, com habilitação para si e seus responsáveis para execução de serviços semelhantes ao objeto deste edital; |
| y) Prova de possuir em seu quadro permanente, quadro societário ou mediante contrato de serviço, profissional de nível superior com registro no CREA ou CAU, cujo vínculo será demonstrado mediante (I) Carteira de Trabalho e/ou registro profissional no livro de registro de empregados da empresa, caso o profissional faça parte do quadro permanente da empresa; ou mediante (II) contrato social ou alteração contratual, caso o sócio seja também o profissional responsável técnico da empresa; ou mediante (III) contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa e o profissional apresentado como responsável técnico, com firma reconhecida em cartório; |
| z) Declaração de que o responsável técnico da empresa visitou e examinou os locais dos serviços, e obteve para si, às suas expensas, sua responsabilidade e risco, todas as informações e verificações que possam ser necessárias para a preparação de suas propostas, não podendo as proponentes, em hipótese alguma, propor modificações nos prazos ou condições estipuladas, alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a influência de dados e/ou informações sobre os locais onde serão prestados os serviços, conforme modelo (anexo VIII). |

8.3.1 Os documentos e demais certidões negativas de débitos – necessários para a comprovação da habilitação – em que não conste devidamente anotado o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da respectiva expedição.

8.3.2 A Comissão Permanente de Licitações fará consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões, no caso daquelas emitidas por meio eletrônico (internet).

8.3.3 A solicitação de balanço patrimonial e demonstração contábil, em conformidade com o art. 31, inciso I, e § 1º, da Lei Geral de Licitações, justifica-se na medida em que visa, de modo preventivo, ser mais uma garantia da capacidade do licitante em assumir o objeto do presente edital e de preservar sempre a indisponibilidade do interesse público.

8.4 As microempresas (MEs) e as empresas de pequeno porte (EPPs), assim consideradas aquelas que se enquadram no estabelecido no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, deverão comprovar que atendem aos requisitos do mencionado artigo para fazer jus aos benefícios previstos na referida lei, sendo que, para o exercício do direito de preferência de que trata do Capítulo V da Lei Complementar n. 123/2006, a empresa deverá apresentar certidão emitida por órgão competente (Certidão Simplificada – Junta Comercial) que comprove a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data de julgamento da habilitação.

9. PROPOSTA

9.1 A proposta deverá ser datilografada ou impressa em sistema eletrônico de processamento de dados, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, observando-as normas do presente edital.

9.2 A proposta, depois de entregue, é irretratável e irrenunciável.

9.3 A proposta deverá conter preço unitário e total, por item, em reais, bem como o valor global em reais, observando-se, em ambos os casos, duas casas decimais após a vírgula.

9.4 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas fora do prazo estabelecido neste edital.

9.5 A proposta deverá ser entregue no envelope nº 02 (dois), devidamente lacrado e endereçado, sugerindo-se a seguinte identificação:

**ENVELOPE N° 02 “PROPOSTA DE PREÇO”**

**NOME/RAZÃO SOCIAL:**

**À: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2023**

**MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 05/2023**

 **ABERTURA: DIA 17/05/2023 às 09h00min.**

9.6 A proposta de preços é formada pelos seguintes documentos:

1. Carta de apresentação da proposta;
2. Planilha de quantitativo físico-financeiro, com a composição de preços unitários e totais detalhados por item, conforme planilhas de orçamento quantitativo e financeiro anexos ao presente edital. O BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, deverá estar apresentado à parte, ao final da planilha, sendo ali necessariamente detalhada sua composição.
3. Preço global em algarismos e por extenso;
4. Cronograma físico-financeiro;
5. Declaração de fixação de prazo para a execução das obras e serviços, a partir da emissão da ordem de serviço, que não poderá ser superior ao prazo de execução fixado pelo município.

9.7 A proposta deverá discriminar o seu prazo de validade, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data fixada neste edital para sua entrega;

9.8 Todos os documentos que compõem a proposta deverão ser assinadas pelo representante legal da licitante e pelo responsável técnico da empresa (engenheiro ou arquiteto).

9.9 Os valores cotados deverão ser líquidos, já com descontos ou deduções que a proponente queira ofertar ou quaisquer despesas, encargos de ordem geral, previdenciária, trabalhista, demais tributos, seguros, fretes e todas as outras necessárias à execução da obra.

10. VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA EFEITOS DE PROPOSTA

10.1 O valor máximo admitido para efeitos desta licitação é o valor global orçado pela administração: R$ 120.850,15 (cento e vinte mil, oitocentos e cinquenta reais e quinze centavos), devendo-se respeitar os valores individuais orçados, conforme memorial descritivo da obra, o orçamento e o cronograma físico-financeiro. A proposta apresentada acima deste valor será automaticamente desclassificada.

10.2 Para os fins do presente edital, consideram-se inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores (art. 48, § 1º, da Lei n. 8.666/93):

a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração;

b) Valor orçado pelo arquiteto do município, solicitado pela administração municipal.

11. ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

11.1 A presente tomada de preços será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 43 da Lei Federal 8.666/93.

11.2 Na data, hora e local indicados neste edital, a Comissão Municipal de Licitações receberá os envelopes contendo a documentação e a proposta de preços.

11.3 Após o Presidente da Comissão de Licitações ter declarado encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito, inclusive documentos não apresentados de acordo com o edital ou a substituição dos mesmos.

11.4 Os documentos retirados dos envelopes serão rubricados por todos os membros da Comissão de Licitações, facultando-se aos representantes credenciados o exame e rubrica dos mesmos.

11.5 Caso a Comissão julgue conveniente, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, marcando nova reunião, ocasião em que será apresentado o resultado da habilitação ou poderá optar pela comunicação das proponentes através de publicação nos termos da legislação.

11.6 No julgamento da documentação e da proposta somente poderá manifestar-se a empresa que estiver representada por seu proprietário, diretor ou pessoa devidamente credenciada com poderes expressos para tal.

11.7 Julgada a habilitação, somente serão abertos os envelopes de proposta que tenham satisfeito as exigências deste edital.

11.8 A Comissão manterá em seu poder as propostas das empresas inabilitadas, com os envelopes fechados e lacrados. Após o término de período recursal ou após a desistência expressa em interpor recurso, manifestada pelos representantes das licitantes inabilitadas, os envelopes das propostas serão devolvidos.

11.9 Caso a Comissão de Licitações julgue necessário, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião de julgamento das propostas, comunicando formalmente aos proponentes nova data.

11.10 Não havendo licitante inabilitada, inocorrendo impugnações ou se nenhum dos participantes manifestarem interesse em interpor recurso, será procedida a imediata abertura dos envelopes contendo as propostas.

11.11 No julgamento das propostas, atendidas as condições prescritas no presente edital, levar-se-á em conta:

**a)** A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos, considerando-se o menor preço global;

**b)** Não serão consideradas vantagens não previstas neste edital, nem ofertas de redução sobre proposta concorrente;

**c)** Verificada a igualdade de condições entre 02 (duas) ou mais propostas, será considerado como critério de desempate o sorteio a ser realizado em ato público.

11.12 Serão desclassificadas e eliminadas da licitação as propostas que:

**a)** Apresentarem preços ou quaisquer condições baseadas em cotação de outra licitante ou, ainda, quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital;

**b)** Apresentarem preço manifestamente excessivo ou inexequível;

**c)** Contiverem rasuras, emendas ou entrelinhas;

**d)** Não atenderem às exigências desta tomada de preços e que forem de valor superior a R$ 120.850,15 (cento e vinte mil, oitocentos e cinquenta reais e quinze centavos).

12. CONTRATO

12.1 Será firmado contrato nos termos da minuta em anexo com o licitante vencedor, que será notificado pelo Município de Cunhataí para firmar o instrumento no prazo de até 05 (cinco) dias a partir da data de homologação e adjudicação e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei Federal nº 8.666/93 e com as alterações posteriores.

12.2 Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento desta tomada de preços, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, independentemente de transcrição.

12.3 Nos termos do § 2º do artigo 64 da Lei Federal n. 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de serviço, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação estabelecida pelo artigo 81 da legislação citada.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1 O pagamento das faturas relativas à execução das obras e serviços será efetuado a cada período de 30 (trinta) dias, conforme cronograma físico-financeiro, através de medição realizada pela fiscalização e/ou órgão competente mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

13.1.1 Para efeito de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização desta municipalidade.

13.2 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

13.3 A empresa apresentará fatura da etapa efetivamente executada à Prefeitura Municipal de Cunhataí, que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos para aferição dos serviços faturados. Esta data será considerada como a do adimplemento da obrigação. Após, a fatura será encaminhada para o devido pagamento em 30 (trinta) dias a contar da data de seu adimplemento. Os pagamentos não realizados no prazo serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição Estadual a partir da data prevista para a quitação até o efetivo pagamento.

13.4 O pagamento da fatura fica condicionado à apresentação, por parte da contratada, das guias de quitação junto ao INSS com a respectiva GFIP, dos encargos previdenciários e do FGTS relativos aos empregados da empresa na obra.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 A contratante será responsável:

1. Pelas despesas decorrentes da publicação do instrumento contratual;
2. Pelos pagamentos nos prazos estipulados neste edital;
3. Pela designação de Comissão de Vistoria para o recebimento da obra;
4. Pela retenção de 11% (onze porcento) sobre o valor bruto dos serviços contidos na nota fiscal, fatura ou recibo em nome da contratada em conformidade com as disposições e emanadas do INSS;
5. Pela fiscalização da execução da obra ora licitada.

14.2 A fiscalização da execução dos serviços será feita por esta municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos das faturas, substituição de materiais, alteração de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.

14.3 A licitante vencedora contratada deverá permitir e colaborar pra que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pela Administração Pública contratante inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto licitado, bem como examinem os registros e documentos que considerem necessários a conferência.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 Os serviços deverão ser prestados conforme memorial descritivo, projetos e planilha orçamentária. No serviço estão inclusas despesas com mão de obra para retirada do passeio existente, mão de obra para a instalação do passeio novo e demais despesas para a perfeita entrega dos serviços.

15.2 A licitante contratada ficará obrigada a:

1. Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais, conforme estabelecido neste edital de tomada de preços;
2. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho;
3. Não subcontratar e nem subempreitar o total dos serviços para ela adjudicados;
4. Fornecer, sempre que solicitado pela contratante, os comprovantes de pagamento dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
5. Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor;
6. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, devendo os materiais empregados receber prévia aprovação da fiscalização do município, o qual se reserva o direito de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados;
7. Fornecer todo o material e equipamento necessário à perfeita execução dos serviços a serem contratados;
8. Não retirar qualquer material da obra, usado ou não, exceto entulhos, sem autorização por escrito;
9. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10. Efetuar o pagamento das despesas referentes a taxas e registros em órgãos públicos e cópias dos projetos necessários à obra;
11. Confeccionar e colocar placa na obra conforme modelo a ser fornecido pela contratante;
12. Apresentar, junto com a primeira fatura dos serviços, cópia da matrícula da obra ou serviço perante o INSS;
13. Apresentar, junto com as faturas intermediárias, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
14. Apresentar, quando do recebimento do Termo de Recebimento Definitivo, a certidão negativa de débito do INSS referente à matrícula acima mencionada;
15. Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do profissional responsável pela obra;
16. Responder pela instalação e manutenção dos serviços especializados em segurança, higiene e medicina do trabalho, relativo ao número de trabalhadores na obra;
17. Pagar a alíquota de 2,5% (dois vírgula cinco porcento) do valor global contratado, podendo ser deduzidos os custos dos materiais aplicados na obra, devidamente comprovados com notas fiscais de compra ou simples remessa, acompanhado da razão do centro de custo da obra assinado pelo contador responsável, conforme definido nos subitens 7.02 e 7.05 da Tabela VIII – Lista de Serviços, anexa à Lei Complementar nº 030/2018 – Código Tributário do Município.
18. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o serviço contratado, inclusive, em sendo o caso, aquele previsto no Decreto nº 62/2022, deste município de Cunhataí, o qual trata do recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte, cuja previsão se encontra no art. 158, I, da CF e no art. 64 da Lei Federal n. 9.430/1996, bem como na Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.234/2012.

15.3 Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste contrato – sobre os quais a contratada se responsabilizará pela guarda – serão fornecidos pela contratada e serão de primeira qualidade, cabendo à Administração Pública contratante, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

15.4 As proponentes deverão, obrigatoriamente, visitar e examinar o local das obras e obter para si, às suas expensas, sua responsabilidade e risco, todas as informações e verificações que possam ser necessárias para a preparação de suas propostas, não podendo as proponentes, em hipótese alguma, propor modificações nos prazos ou condições estipuladas, alegar qualquer prejuízo em decorrência do desconhecimento das condições do local e dos serviços necessários ou reivindicar qualquer benefício sob a influência de dados e/ou informações sobre os sítios da obra.

16. REAJUSTAMENTO

16.1 O valor do presente contrato não será reajustado, nem atualizado, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal n. 8.666/1993.

16.2 O contrato estabelecido entre as partes poderá ser alterado: **a)** Unilateralmente pelo município ou por acordo entre as partes, ficando a licitante contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto do contrato até 25% (vinte e cinco porcento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93); **b)** No caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como na superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados e que impliquem na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

17. RECEBIMENTO PARCIAL E FINAL DA OBRA

17.1 Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições, serão recebidos provisoriamente pela fiscalização responsável pelo acompanhamento da obra, que lavrará o Termo de Recebimento Provisório. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, a Comissão de Vistoria fará a inspeção na obra, e se a mesma estiver em perfeitas condições e a licitante contratada tiver atendido às correções porventura observadas pela fiscalização por ocasião da elaboração do Termo de Recebimento Provisório, será expedido, pela referida Comissão, o Termo de Recebimento Definitivo.

18. RESCISÃO

18.1 A inexecução e rescisão serão reguladas pelos arts. 58 e 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

18.2 O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração Pública contratante, mediante prévia notificação, caso ocorra qualquer uma das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93, notadamente quando se verificar um ou mais dos motivos abaixo, ensejados pela licitante vencedora contratada: **a)** não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificação, projeto e prazos; **b)** paralisação injustificada e sem prévia comunicação à Administração Pública contratante; **c)** subcontratação total ou parcial do objeto; **d)** desatendimento às determinações regulares da fiscalização da Administração Pública contratante, assim como seus superiores; **e)** reiterado cometimento de falhas na execução contratual; **f)** decretação de falência ou dissolução da sociedade; **g)** alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.

18.3 No caso de rescisão contratual ocorrer por ato unilateral da Administração Pública contratante, fica-lhe assegurada a assunção imediata dos serviços no estado em que estes se encontrem, bem como a ocupação e utilização do local dos serviços, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, além da retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública (art. 80 da Lei n. 8.666/93).

18.4 O contrato firmado poderá ser rescindido, ainda, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, mediante prévia e expressa comunicação de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e desde que haja conveniência para a Administração Pública contratante, a qual deverá ser expressamente indicada e justificada.

18.5 A rescisão administrativa ou amigável será sempre precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente, e terá suas condições consignadas em termo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

19.1 As impugnações poderão ser realizadas pelos licitantes até 02 (dois) dias úteis antes da data aprazada para a abertura dos envelopes, ou por qualquer outro cidadão até 05 (cinco) dias úteis antes da data marcada para a abertura dos envelopes (art. 41, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93).

19.2 A Administração Pública possuirá o prazo de 03 (três) dias úteis para responder à impugnação.

19.3 Dos atos da administração, ainda, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata, mesmo prazo que terão os demais licitantes para contrarrazoar (art. 109, I, § 3º, da Lei n. 8.666/93).

19.4 A administração pública, nos termos do art. 109, § 4º, da Lei n. 8.666/93, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para proferir a decisão acerca do recurso interposto.

19.5 As impugnações e recursos deverão ser apresentadas, por escrito, diretamente ao setor de licitações do Município de Cunhataí ou, alternativamente, mediante e-mail, cujo documento deverá ser anexado, ao menos, subscrito pelo impugnante.

19.6 Não serão conhecidas as impugnações e recursos interpostos após a expiração dos prazos acima estabelecidos, nem mesmo apresentados em meio diverso.

20. PENALIDADES

20.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato acarretará na suspensão de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Municipal por, pelo menos, 12 (doze) meses.

20.2 Quando houver paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de cláusula do edital ou do contrato, e/ou faltas leves, as quais, contudo, não acarretem prejuízos à execução do contrato, será aplicada advertência, sem prejuízo das demais sanções ou multas (art. 87, I, da Lei n. 8.666/93).

20.3 No caso de atraso na execução do contrato, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades: **a)** multa de 0,5% (cinco décimos porcento) do valor da parcela mensal, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos à empresa mediante requerimento; **b)** multa de 0,5% (cinco décimos porcento) do valor do contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

20.4 No caso de rescisão contratual, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades: **a)** multa de 10% (dez porcento) do valor do contrato, por inexecução total; **b)** multa de 10% (dez porcento) do valor não executado do contrato, por inexecução parcial; **c)** suspensão temporária, por até 02 (dois) anos, de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, aplicada segundo a gravidade da conduta ensejadora (art. 87, III, da Lei n. 8.666/93) (Acórdão n. 1003/2015 do TCU); **d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

21.1 Os serviços objeto desta tomada de preços serão adjudicados na totalidade à empresa licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

21.2 A Administração Municipal reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, sem que caiba pedido de indenização por parte de proponentes.

21.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e apresentação de documentação relativa a presente tomada de preços, mesmo em caso de sua anulação ou revogação.

21.4 Homologada e adjudicada a presente licitação, a empresa vencedora terá o prazo de até 05 (cinco) dias para assinar o contrato, contado da notificação para tanto.

21.5 Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente edital correrão por conta do Elemento Orçamentário nº 4490, Projeto/Atividade nº 1.031, do orçamento para o ano de 2023 destinado à manutenção das ações do Departamento de Planejamento, Obras e Serviços Urbanos.

21.6 Fica eleito o foro da Comarca de São Carlos/SC, para as ações que porventura decorram do presente edital, independentemente de qual seja o domicílio do licitante.

Cunhataí – SC, em 24 de abril de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**DIRCEU HOSS**

Prefeito Municipal de Cunhataí em exercício

**ANEXO I**

## *TERMO DE REFERÊNCIA*

# Processo ADMINISTATIVO nº 25/2023

# Edital de Pregão Presencial Nº 05/2023

**DADOS DO SOLICITANTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

ENDEREÇO: Rua 29 de Setembro, nº 450, Centro.

FONE: (49) 3338-0010

**OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS**

Atendimento aos princípios da economicidade e eficiência na aquisição dos serviços em questão, através da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo licitatório, cujo fator preponderante é o menor preço global.

**JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO**

Em conformidade com a Lei n° 1.024/2022, de 13 de junho de 2022, para atendimento às ações e projetos da Secretaria de Planejamento, Obras e Serviços Urbanos, as quais demandam a contratação de empresa para execução de calçadas que visam à melhoria na trafegabilidade, mobilidade e acessibilidade urbana, sobretudo no que tange às pessoas com deficiência, às gestantes e aos idosos.

**OBJETO**

O objeto da licitação é a contratação de empresa especializada para execução de passeio público acessível, conforme projeto padrão, em ruas do município de Cunhataí – SC – mais especificamente na Rua João Sehnem, Avenida 04 de Julho, Rua dos Pioneiros e Rua São Carlos –, com fornecimento de materiais, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao edital.

**PROPOSTA**

Serão classificadas as propostas que atenderem às exigências do edital, sendo desclassificadas, por outro lado, as propostas que:

**a)** Apresentarem preços ou quaisquer condições baseadas em cotação de outra licitante ou, ainda, quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital;

**b)** Apresentarem preço manifestamente excessivo ou inexequível;

**c)** Contiverem rasuras, emendas ou entrelinhas;

**d)** Não atenderem às exigências da tomada de preços e que forem de valor superior a R$ 120.850,15 (cento e vinte mil, oitocentos e cinquenta reais e quinze centavos).

**JULGAMENTO**

O julgamento no processo será o de menor preço global.

**DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES**

I. Os serviços, as quantidades e preços máximos a serem pagos pelo município são os seguintes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| *Item* | Especificação | **Unid.** | Quantidade | Preço Unit. Máximo |
| 01 | Contratação de empresa especializada para execução de passeio público acessível em ruas do Município de Cunhataí/SC, com fornecimento de materiais, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao edital. | Unid.  | 1,0 | R$ 120.850,15 |

II. O valor constante da tabela acima, bem como da planilha orçamentária anexa, foi baseado no custo da tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil).

III. O valor total orçado para a obra é de R$ 120.850,15 (cento e vinte mil, oitocentos e cinquenta reais e quinze centavos).

**DA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO E OBRIGAÇÕES**

I. Os serviços deverão ser prestados conforme memorial descritivo, projetos e planilha orçamentária. No serviço estão inclusas despesas com mão de obra para retirada do passeio existente, mão de obra para a instalação do passeio novo e demais despesas para a perfeita entrega dos serviços.

II. As proponentes deverão, obrigatoriamente, visitar e examinar o local das obras e obter para si, às suas expensas, sua responsabilidade e risco, todas as informações e verificações que possam ser necessárias para a preparação de suas propostas, não podendo as proponentes, em hipótese alguma, propor modificações nos prazos ou condições estipuladas, alegar qualquer prejuízo em decorrência do desconhecimento das condições do local e dos serviços necessários ou reivindicar qualquer benefício sob a influência de dados e/ou informações sobre os sítios da obra.

III. A licitante vencedora, na prestação dos serviços, deverá observar as seguintes obrigações:

a) Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais, conforme estabelecido no edital de tomada de preços;

b) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho;

c) Não subcontratar e nem subempreitar o total dos serviços para ela adjudicados;

d) Fornecer, sempre que solicitado pela contratante, os comprovantes de pagamento dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;

e) Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor;

f) Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, devendo os materiais a ser empregados receber prévia aprovação da fiscalização do município, o qual se reserva o direito de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados;

g) Fornecer todo o material e equipamento necessário à perfeita execução dos serviços a serem contratados;

h) Não retirar qualquer material da obra, usado ou não, exceto entulhos, sem autorização por escrito;

i) Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

j) Efetuar o pagamento das despesas referentes a taxas e registros em órgãos públicos e cópias dos projetos necessários à obra;

k) Confeccionar e colocar placa na obra conforme modelo a ser fornecido pela contratante;

l) Apresentar junto com a primeira fatura dos serviços, cópia da matrícula da obra ou serviço, perante o INSS;

m) Apresentar junto com as faturas intermediárias, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;

n) Apresentar, quando do recebimento do Termo de Recebimento Definitivo, a certidão negativa de débito do INSS referente à matrícula acima mencionada;

o) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do profissional responsável pela obra;

p) Responder pela instalação e manutenção dos serviços especializados em segurança, higiene e medicina do trabalho, relativo ao número de trabalhadores na obra;

q) Pagar a alíquota de 2,5% (dois vírgula cinco porcento) do valor global contratado, podendo ser deduzidos os custos dos materiais aplicados na obra, devidamente comprovados com notas fiscais de compra ou simples remessa, acompanhado da razão do centro de custo da obra assinado pelo contador responsável, conforme definido nos subitens 7.02 e 7.05 da Tabela VIII – Lista de Serviços, anexa à Lei Complementar nº 030/2018 – Código Tributário do Município.

r) Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o serviço contratado, inclusive, em sendo o caso, aquele previsto no Decreto nº 62/2022, deste município de Cunhataí, o qual trata do recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte, cuja previsão se encontra no art. 158, I, da CF e no art. 64 da Lei Federal n. 9.430/1996, bem como na Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.234/2012.

IV. Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste contrato – sobre os quais a licitante vencedora se responsabilizará pela guarda – serão fornecidos pela empresa vencedora do certame e serão de primeira qualidade, cabendo à Administração Pública, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

V. A administração pública, enquanto contratante, será responsável:

a) Pelas despesas decorrentes da publicação do instrumento contratual;

b) Pelos pagamentos a cada período de 30 (trinta) dias, conforme cronograma físico-financeiro, através de medição realizada pela fiscalização e/ou órgão competente mediante apresentação da respectiva nota fiscal;

c) Pela designação de Comissão de Vistoria para o recebimento da obra;

d) Pela retenção de 11% (onze porcento) sobre o valor bruto dos serviços contidos na nota fiscal, fatura ou recibo em nome da contratada em conformidade com as disposições e emanadas do INSS;

e) Pela fiscalização da execução da obra ora licitada.

**DO PAGAMENTO E DA REVISÃO DO CONTRATO**

I. Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente edital correrão por conta do Elemento Orçamentário nº 4490, Projeto/Atividade nº 1.031, do orçamento para o ano de 2023 destinado à manutenção das ações do Departamento de Planejamento, Obras e Serviços Urbanos.

II. O pagamento será feito em moeda corrente, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, com apresentação da nota fiscal correspondente.

III. Não haverá reajuste, nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da línea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

IV. O contrato estabelecido entre as partes poderá ser alterado: **a)** Unilateralmente pelo município ou por acordo entre as partes, ficando a licitante contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto do contrato até 25% (vinte e cinco porcento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93); **b)** No caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como na superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados e que impliquem na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

V. A inexecução e rescisão do contrato estabelecido entre as partes serão reguladas pelos arts. 58 e 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

VI. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração Pública contratante, mediante prévia notificação, caso ocorra qualquer uma das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93, notadamente quando se verificar um ou mais dos motivos abaixo, ensejados pela licitante vencedora contratada: **a)** não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificação, projeto e prazos; **b)** paralisação injustificada e sem prévia comunicação à Administração Pública contratante; **c)** subcontratação total ou parcial do objeto; **d)** desatendimento às determinações regulares da fiscalização da Administração Pública contratante, assim como seus superiores; **e)** reiterado cometimento de falhas na execução contratual; **f)** decretação de falência ou dissolução da sociedade; **g)** alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.

VII. No caso de a rescisão contratual ocorrer por ato unilateral da Administração Pública contratante, fica-lhe assegurada a assunção imediata dos serviços no estado em que estes se encontrem, bem como a ocupação e utilização do local dos serviços, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, além da retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública (art. 80 da Lei n. 8.666/93).

VIII. O contrato firmado poderá ser rescindido, ainda, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, mediante prévia e expressa comunicação de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e desde que haja conveniência para a Administração Pública contratante, a qual deverá ser expressamente indicada e justificada.

IX. A rescisão administrativa ou amigável será sempre precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente, e terá suas condições consignadas em termo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

I. Ao Município é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre serviço, diretamente ou por prepostos designados, ficando designado fiscal dos serviços e do contrato o arquiteto municipal, Sr. Adriel Stuchi.

II. A fiscalização da execução dos serviços será feita por esta municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos das faturas, substituição de materiais, alteração de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.

III. A contratada deverá permitir e colaborar pra que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pela Administração Pública contratante inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto da licitação, bem como examinem os registros e documentos que considerem necessários a conferência.

**PENALIDADES**

I. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato acarretará na suspensão de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Municipal por, pelo menos, 12 (doze) meses.

II. Quando houver paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de cláusula do edital ou do contrato, e/ou faltas leves, as quais, contudo, não acarretem prejuízos à execução do contrato, será aplicada advertência, sem prejuízo das demais sanções ou multas (art. 87, I, da Lei n. 8.666/93).

III. No caso de atraso na execução do contrato, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades: **a)** multa de 0,5% (cinco décimos porcento) do valor da parcela mensal, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos à empresa mediante requerimento; **b)** multa de 0,5% (cinco décimos porcento) do valor do contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

IV. No caso de rescisão contratual, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades: **a)** multa de 10% (dez porcento) do valor do contrato, por inexecução total; **b)** multa de 10% (dez porcento) do valor não executado do contrato, por inexecução parcial; **c)** suspensão temporária, por até 02 (dois) anos, de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, aplicada segundo a gravidade da conduta ensejadora (art. 87, III, da Lei n. 8.666/93) (Acórdão n. 1003/2015 do TCU); **d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Cunhataí/SC, em 24 de abril de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**DIRCEU HOSS**

Prefeito Municipal de Cunhataí em exercício

**ANEXO II**

**MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_/2023**

**CONTRATO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2023**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 05/2023**

O MUNICÍPIO DE CUNHATAI, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.116/0001-44, Inscr. Est. ISENTA estabelecido a Avenida 29 de Setembro, nº 450, Centro, Cunhataí - SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal em exercício, Exmo. Senhor Dirceu Hoss, doravante denominado **CONTRATANTE.** **CONTRATADO**: .....................................,pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. ........................ situado ................................, SC, neste ato representado por seu representante legal Senhor(a) .................., de CPF n. ........................

**FUNDAMENTO LEGAL**: O presente contrato se vincula ao Processo Licitatório nº 25/2023 – Tomada de Preço nº 05/2023 e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e ao Código de Defesa do Consumidor, os quais passam a ser parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O objeto do presente instrumento consiste na contratação de empresa especializada para execução de passeio público acessível, conforme projeto padrão, em ruas do município de Cunhataí – SC – mais especificamente na Rua João Sehnem, Avenida 04 de Julho, Rua dos Pioneiros e Rua São Carlos –, com fornecimento de materiais, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao edital.

1.2O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira é de 90 (noventa) dias corridos, a contar do dia do recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA.

1.3Integram o presente contrato, independentemente de sua transcrição, os seguintes anexos: a) Memoriais descritivos da obra; b) Projeto estrutural; c) Planilhas orçamentárias e; d) Cronograma físico-financeiro.

1.4 O presente contrato terá vigência da sua assinatura até dia 31/12/2023.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS**

2.1 O preço global será de R$ ................................. (...................................................), incluindo-se neles as despesas, inclusive aqueles atinentes à remoção do passeio existente nos locais e aos materiais empregados – os quais deverão ser de primeira qualidade –, os encargos de ordem geral, previdenciária, trabalhista, demais tributos, seguros, fretes e todas as outras necessárias à execução da obra.

**2.2 Da Forma de Pagamento**

2.2.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional e parcelado conforme cronograma físico-financeiro apresentado com a proposta da CONTRATADA.

2.2.2 O pagamento das faturas relativas à execução de obras e serviços serão efetuados de acordo com o cronograma físico-financeiro, através de medições realizadas pela fiscalização e ou órgão competente mediante apresentação da respectiva nota fiscal e liberação dos recursos.

2.2.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

2.2.4 A CONTRATADA apresentará fatura da etapa efetivamente executada ao MUNICÍPIO, que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos para aferição dos serviços faturados. Esta data será considerada como a do adimplemento da obrigação.

2.2.5 Após, a fatura será encaminhada para o devido pagamento em 30 (trinta) dias a contar da data de seu adimplemento. Os pagamentos não realizados no prazo serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição Estadual a partir da data prevista para o pagamento até o efetivo pagamento.

2.2.6 O pagamento da fatura fica condicionado à apresentação por parte da CONTRATADA das guias de quitação junto ao INSS com a respectiva GFIP, dos encargos previdenciários e do FGTS relativos aos empregados da empresa na obra.

**2.3 Do Reajustamento**

2.3.1 Não haverá reajuste, nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da línea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

**2.4 Da Dotação Orçamentária**

2.4.1 Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente edital correrão por conta do Elemento Orçamentário nº 4490, Projeto/Atividade nº 1.031, do orçamento para o ano de 2023 destinado à manutenção das ações do Departamento de Planejamento, Obras e Serviços Urbanos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

3.1 São obrigações da CONTRATADA:

a) Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais, conforme estabelecido no edital de tomada de preços;

b) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho;

c) Não subcontratar e nem subempreitar o total dos serviços para ela adjudicados;

d) Fornecer, sempre que solicitado pela contratante, os comprovantes de pagamento dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;

e) Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor;

f) Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, devendo os materiais a ser empregados receber prévia aprovação da fiscalização do município, o qual se reserva o direito de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados;

g) Fornecer todo o material e equipamento necessário à perfeita execução dos serviços a serem contratados;

h) Não retirar qualquer material da obra, usado ou não, exceto entulhos, sem autorização por escrito;

i) Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

j) Efetuar o pagamento das despesas referentes a taxas e registros em órgãos públicos e cópias dos projetos necessários à obra;

k) Confeccionar e colocar placa na obra conforme modelo a ser fornecido pela contratante;

l) Apresentar junto com a primeira fatura dos serviços, cópia da matrícula da obra ou serviço, perante o INSS;

m) Apresentar junto com as faturas intermediárias, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;

n) Apresentar, quando do recebimento do Termo de Recebimento Definitivo, a certidão negativa de débito do INSS referente à matrícula acima mencionada;

o) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do profissional responsável pela obra;

p) Responder pela instalação e manutenção dos serviços especializados em segurança, higiene e medicina do trabalho, relativo ao número de trabalhadores na obra;

q) Pagar a alíquota de 2,5% (dois vírgula cinco porcento) do valor global contratado, podendo ser deduzidos os custos dos materiais aplicados na obra, devidamente comprovados com notas fiscais de compra ou simples remessa, acompanhado da razão do centro de custo da obra assinado pelo contador responsável, conforme definido nos subitens 7.02 e 7.05 da Tabela VIII – Lista de Serviços, anexa à Lei Complementar nº 030/2018 – Código Tributário do Município.

r) Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o serviço contratado, inclusive, em sendo o caso, aquele previsto no Decreto nº 62/2022, deste município de Cunhataí, o qual trata do recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte, cuja previsão se encontra no art. 158, I, da CF e no art. 64 da Lei Federal n. 9.430/1996, bem como na Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.234/2012.

3.2 Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste contrato – sobre os quais a CONTRATADA se responsabiliza pela guarda – serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade, cabendo à CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

3.3 O prazo para a conclusão da entrega do objeto é de 90 (noventa) dias, conforme cronograma físico-financeiro, a contar da assinatura do contrato, devendo os serviços ser iniciados até o 5º (quinto) dia que seguir a data da assinatura do presente contrato e expedição de ordem de serviço.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DA FISCALIZAÇÃO**

4.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

1. Efetuar o pagamento das despesas decorrentes da publicação deste instrumento contratual;
2. Efetuar o pagamento nos prazos estipulados neste contrato, de acordo com a sistemática e procedimentos constantes da Cláusula Segunda deste contrato;
3. Designar a Comissão de Vistoria para o recebimento da obra;
4. Efetuar a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto dos serviços contidos na nota fiscal, fatura ou recibo em nome da CONTRATADA em conformidade com as disposições emanadas do INSS;
5. Fiscalizar desde o início até a aceitação definitiva a execução da obra ora contratada.
6. Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações;
7. Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.
8. Modificar e rescindir unilateralmente o termo de contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.
9. Fiscalizar o cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e higiene do trabalho.

4.2 Ao CONTRATANTE é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre serviço, diretamente ou por prepostos designados. Fica designado, inicialmente, como fiscal dos serviços e do contrato o arquiteto municipal, Sr. Adriel Stuchi.

4.3 A fiscalização da execução dos serviços será feita por esta municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos das faturas, substituição de materiais, alteração de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.

4.4 A CONTRATADA deverá permitir e colaborar pra que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pela CONTRATANTE inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente contrato, bem como examinem os registros e documentos que considerem necessários a conferência.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO VINCULADO**

5.1 O município efetuará o pagamento pela prestação dos serviços, nas datas e condições estabelecidas neste instrumento contratual, após a apresentação de comprovantes, pela CONTRATADA, do pagamento dos salários dos trabalhadores que estiverem atuando no município, das contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e para a previdência.

## CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

## 6.1 O presente contrato poderá ser alterado: a) Unilateralmente pelo município ou por acordo entre as partes, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto do contrato até 25% (vinte e cinco porcento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93); b) No caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como na superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados e que impliquem na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO PARCIAL E FINAL DA OBRA**

7.1 Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições, serão recebidos provisoriamente pela fiscalização responsável pelo acompanhamento da obra, que lavrará o Termo de Recebimento Provisório.

7.2 Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, a Comissão de Vistoria fará a inspeção na obra, e se a mesma estiver em perfeitas condições e a CONTRATADA tiver atendido às correções porventura observadas pela fiscalização por ocasião da elaboração do Termo de Recebimento Provisório, será expedido, pela referida Comissão, o Termo de Recebimento Definitivo.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

8.1 É admissível recurso em relação às obrigações dela decorrentes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar de intimação do ato, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8666/93.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

9.1 Quando houver paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de cláusula do edital ou do contrato, e/ou faltas leves, as quais, contudo, não acarretem prejuízos à execução do contrato, será aplicada advertência, sem prejuízo das demais sanções ou multas (art. 87, I, da Lei n. 8.666/93).

9.2. No caso de atraso na execução do contrato, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades: **a)** multa de 0,5% (cinco décimos porcento) do valor da parcela mensal, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos à empresa mediante requerimento; **b)** multa de 0,5% (cinco décimos porcento) do valor do contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

9.3 No caso de rescisão contratual, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades: **a)** multa de 10% (dez porcento) do valor do contrato, por inexecução total; **b)** multa de 10% (dez porcento) do valor não executado do contrato, por inexecução parcial; **c)** suspensão temporária, por até 02 (dois) anos, de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, aplicada segundo a gravidade da conduta ensejadora (art. 87, III, da Lei n. 8.666/93) (Acórdão n. 1003/2015 do TCU); **d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

10.1 O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração Pública contratante, mediante prévia notificação, caso ocorra qualquer uma das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93, notadamente quando se verificar um ou mais dos motivos abaixo, ensejados pela licitante vencedora contratada: **a)** não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificação, projeto e prazos; **b)** paralisação injustificada e sem prévia comunicação à Administração Pública contratante; **c)** subcontratação total ou parcial do objeto; **d)** desatendimento às determinações regulares da fiscalização da Administração Pública contratante, assim como seus superiores; **e)** reiterado cometimento de falhas na execução contratual; **f)** decretação de falência ou dissolução da sociedade; **g)** alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.

10.2 No caso de rescisão contratual ocorrer por ato unilateral da Administração Pública contratante, fica-lhe assegurada a assunção imediata dos serviços no estado em que estes se encontrem, bem como a ocupação e utilização do local dos serviços, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, além da retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública (art. 80 da Lei n. 8.666/93).

10.3 O contrato firmado poderá ser rescindido, ainda, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, mediante prévia e expressa comunicação de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e desde que haja conveniência para a Administração Pública contratante, a qual deverá ser expressamente indicada e justificada.

10.4 A rescisão administrativa ou amigável será sempre precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente, e terá suas condições consignadas em termo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1 Para dirimir as questões decorrentes da execução deste termo contratual, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

12.1 Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto deste contrato sem o consentimento prévio do CONTRATANTE, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

12.2 Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato serão formalizadas por escrito, em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

12.3 A fiscalização aludida neste contrato não implicará qualquer responsabilidade executiva por parte do município, nem exoneração da CONTRATADA no cumprimento de qualquer responsabilidade aqui assumida.

12.4 Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente à matéria, Lei nº 8.666/93, complementada pela Lei nº 8.883/94 e alterações posteriores.

12.5 Ficam fazendo parte integrante do presente, independentemente de transcrição as condições fixadas no Edital de Tomada de Preços no 05/2023.

12.6 O presente será juntado nos autos do processo administrativo específico, bem como, no mesmo, serão registrados todas as ocorrências e decisões administrativas.

12.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei.

12.8 O MUNICÍPIO rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

12.9 Os casos de má-qualidade ou defeito de produtos ou serviços serão acusados e regulados pelo disposto na Lei nº 8.078, de 11/09/1990.

12.10 A afirmação falsa ou enganosa, omissão sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia dos produtos ou serviços, tipificarão crime conforme o disposto no art. 18 e no art. 66, da Lei nº 8.078/90.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Cunhataí/SC, em \_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023.

### \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

### DIRCEU HOSS

Prefeito Municipal de Cunhataí em exercício

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Pela(s) Contratada(s)

**ANEXO III**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2023**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023**

**MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

A proponente \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da empresa), inscrita no CNPJ n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por seu representante legal infra assinado, Sr(a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com CPF n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, apresenta em anexo os documentos para sua habilitação no certame licitatório, nos termos do item 8 do edital, declarando expressamente que tem pleno conhecimento dos termos editalícios e que os aceita integralmente, dispondo, em acréscimo, que atendeu a todos os requisitos e critérios para qualificação, cujos documentos comprobatórios são completos, verdadeiros e corretos.

Local, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

(OBS: entregar dentro do envelope de nº 01.)

**ANEXO IV**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2023**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023**

**TERMO DE RENÚNCIA RELATIVO AO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO**

A proponente \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr(a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, abaixo assinado, participante da licitação modalidade Tomada de Preços nº 05/2023, da Prefeitura Municipal de Cunhataí, declara na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta de preço dos proponentes habilitados.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

**ANEXO V**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2023**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023**

**MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Referente: Tomada de Preço nº 05/2023

À Prefeitura Municipal de Cunhataí/SC.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, credencia como seu representante o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome e qualificação), para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para apresentar propostas, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes à Tomada de Preços n° 05/2023, conforme lei nº 8666/93.

Local, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

***“Apresentar fora dos envelopes”***

***“COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO”***

**ANEXO VI**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2023**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome da empresa), inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condição de aprendiz.

Local e Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**NOME E CPF**

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

(OBS: Entregar dentro do envelope de nº 01.)

**ANEXO VII**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2023**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS**

**IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que inexiste qualquer fato impeditivo a nossa participação na licitação Tomada de Preços nº 05/2023, Processo Licitatório nº 25/2023, da Prefeitura Municipal de Cunhataí, que não fomos declarados inidôneos e não estamos impedidos de contratar com o Poder Público, nem suspensos de contratar com a Administração, nos comprometendo a comunicar ocorrência de fatos supervenientes

Por ser expressão da verdade, assino a presente.

Local e Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**NOME E CPF**

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

(OBS: Entregar dentro do envelope de nº 01)

**ANEXO VIII**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2023**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA**

**DECLARO**, para os devidos fins e para que produza os efeitos jurídicos e legais, que a empresa *\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (razão social da empresa),* inscrita no Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas sob o n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de seu responsável legal, Sr(a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, de CPF n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, infra-assinado, visitou e examinou os locais dos serviços, e obteve para si, às suas expensas, sua responsabilidade e risco, todas as informações e verificações que possam ser necessárias para a preparação de suas propostas e realização dos serviços, sendo que não irá, em hipótese alguma, propor modificações nos prazos ou condições estipuladas, alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a influência de dados e/ou informações sobre os locais onde serão prestados os serviços.

Local e data: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**NOME E CPF**

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

(OBS: Entregar dentro do envelope de nº 01)

**ANEXO IX**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2023**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023**

* Planilha orçamentária;
* Planilha resumo;
* Cronograma físico-financeiro;
* Planilha de composições;
* Memorial descritivo de especificações técnicas;
* Registro de Responsabilidade Técnica – RRT;
* Declaração de obra de baixa complexidade/comum;
* Planta de localização.